

# Brasil e EUA, a dúvida é o comércio

por Antônio M. Pimenta Neves  
de Washington

Apesar de tudo o que se diz neste ou naquele estudo, nesta ou naquela proposta, as relações dos Estados Unidos com o Brasil agora serão a quintessência daquele velho clichê diplomático: cordiais e amistosas. Talvez as consultas se intensifiquem num plano simbólico. Mas ninguém deve esperar mudanças dramáticas.

O fato de que Reagan abandonará a postura ativa em defesa dos direitos humanos não tem significado prático, no momento, para o Brasil. Há muito deixamos de ser um dos principais objetos de recriminação nessa área.

No campo nuclear, nada aconteceu que possa inspirar nova apreensão entre os americanos. Além disso, Reagan e Hajig não parecem fazer grandes objeções ao desenvolvimento autônomo da energia nuclear em países situados fora do clube.

A maior incógnita é a área comercial. O governo Reagan ficará dividido en-

tre a inclinação pró-comércio livre de alguns de seus integrantes e as pressões de grupos deslocados pela concorrência externa. Bill Brock, novo representante especial da Casa Branca para o setor, que não é nenhum ideólogo da direita, mostrou sensibilidade política ao depor no Congresso outro dia. Como experiente ex-presidente do Partido Republicano, soube dizer exatamente o que esperavam dele: que os Estados Unidos serão duros. Mencionou particularmente as importações do Japão e os percalços do Acordo Multifibras.

Mas, porque os negócios com os japoneses dominam de tal maneira as atenções dos políticos, é possível que as exportações brasileiras passem despercebidas por algum tempo. No entanto, é bom lembrar o que ocorreu com as vendas de álcool do Brasil para os Estados Unidos recentemente. As tarifas que lhe serão impostas resultaram da campanha de um senador republicano chamado Robert Dole, que foi companheiro de chapa de Gerald Ford nas eleições

presidenciais de 1976 e tentou disputar com Reagan a escolha do Partido no ano passado. Sua força no Congresso é muito maior que seu prestígio junto à opinião pública. Ainda mais agora que é presidente da Comissão de Finanças do Senado.

Ajudas americanas propriamente ditas o Brasil não recebe há muito tempo, por ser considerado um país de classe média entre as nações. Portanto, não ganhamos ou perderemos qualquer coisa com a mudança de administração. Mas a hipótese, aventada por alguns, de que Washington deve arcar diretamente com parte da responsabilidade de extrair o Brasil da difícil situação financeira em que se encontra parece condenada a forte controvérsia. Os conservadores andam fazendo campanha

contra a ajuda externa em geral, alegando que seria um acinte dar assistência aos outros no momento em que o governo pretende reduzir os gastos orçamentários e pede sacrifícios à nação. Para muitos, nem a Chrysler deveria ter sido socorrida. O próprio Reagan realçou no seu discurso de posse que ninguém deve viver além de suas posses, nem pessoas nem governos.

A imagem do Brasil não é exatamente a de um país que se ajustou aos novos tempos com a necessária presteza.

Resta saber se o Brasil corresponderia do lado de cá à posição que a Turquia representa para a Europa. Não parece ser o caso. Os turcos têm uma posição estratégica cuja importância é imediatamente perceptível. Só por isso as po-

tências ocidentais resolveram ajudá-los a superar sua grave crise financeira, concedendo-lhes volumosos empréstimos institucionais. Mesmo assim, não agiram com muito entusiasmo.

O Brasil não só não tem a mesma importância estratégica como é país mais estável. Não corre o risco de se tornar uma gigantesca Cuba ou de abrir um flanco na defesa do Ocidente.

A solução que os estrategistas do governo Reagan mais provavelmente imaginariam para o Brasil, portanto, seria de deixar que as instituições do mercado se encarreguem de desvendar os caminhos mais acertados.

Tratariam de criar, de

comum acordo com o governo brasileiro, clima favorável à expansão dos investimentos americanos e a sustentação dos financiamentos bancários. Os bancos controlados pela questão da segurança nacional. Não desejariam ver nenhum de seus aliados sucumbir nas garras da instabilidade político-social. E seus aliados são, em geral, todos os países não comunistas, partidários de uma economia de mercado, ainda que mista, e defensores do regime de livre empresa. Entre estes, o Brasil desponta no Hemisfério por força de sua massa crítica.

Ao mesmo tempo, porém, esses republicanos tenderão a ser mais sensíveis a demonstrações de lealdade, como Reagan também deixou claro em seu discurso de posse. Reagirão com menor dose de tolerância a provocações que julguem gratuitas e desafiadoras. Hoje julgam absurda a iniciativa de Carter de pedir que a Argentina, por exemplo, parti-

cipasse do boicote de grãos contra os soviéticos. Afinal, raciocinam, Washington havia alienado os argentinos ao pressioná-los para que liberalizassem sua sociedade e abrissem mão de seus planos de desenvolver o ciclo completo da energia nuclear. Portanto, o governo argentino não devia nenhuma solidariedade a Carter. Mas seria interessante ouvir o que os republicanos terão a dizer se, dentro de algum tempo, situação semelhante ocorrer e a Argentina falhar outra vez sem provocação inicial de Washington.

O mundo mudou demais nos últimos anos e talvez os republicanos venham a descobrir no poder que já não é tão fácil manter de pé suas alianças. Quanto mais ganhar amigos e influenciar nações.